ORGANIZADORES

ZÉLIA LUIZA PIERDONÁ
ANDRE STUDART LEITÃO

SEGURIDADE SOCIAL SUSTENTÁVEL

O futuro das políticas públicas de proteção social

IBEROJUR SCIENCE PRESS

GPS3
GRUPO DE PESQUISA EM SISTEMA DE SEGURIDADE SOCIAL

SEGURIDADE SOCIAL SUSTENTÁVEL

O Futuro das Políticas de Proteção Social

Organizadores
André Studart Leitão
Zélia Luiza Pierdoná

André Studart Leitão
Zélia Luiza Pierdoná

Direitos autorais do texto original © 2025

Todos os direitos reservados

FICHA TÉCNICA

© 2025 Instituto Iberoamericano de Estudos Jurídicos– IBEROJUR

Título: Seguridade social sustentável: o futuro das políticas de proteção social

Coordenador: André Studart Leitão; Zélia Luiza Pierdoná.

Edição: Iberojur Science Press

Diagramação: Mariana Dares

© [Various Authors]

Eletronic format (PDF)

ISBN**:** 978-989-36054-1-7

DOI: https://doi.org//10.62140/SSSFPPS2025

1ª edição: Instituto Iberoamericano de Estudos Jurídicos

Rua de Avilhó, 214, Matosinhos (Porto) - Portugal.

Março, 2025.

Depósito Legal – Biblioteca Nacional de Portugal n°: 544416/25

Citação: LEITÃO, André Studart; PIERDONÁ, Zélia Luiza (Coord.). Seguridade social sustentável: o futuro das políticas de proteção social. Porto: Instituto Iberoamericano de Estudos Jurídicos – IBEROJUR, 2025, 1ª ed., 191 págs. ISBN: 978-989-36054-1-7.

ÍNDICE

ÍNDICE 5

APRESENTAÇÃO 7

PREFÁCIO 12

FORMALIZAÇÃO OU MIGRAÇÃO? IMPACTOS DO REGIME DO MEI NA SUSTENTABILIDADE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL 17

Adson Romário Rodrigues Santos
Francisca Carolina Pessoa Bezerra
Zélia Luiza Pierdoná

A CRISE DO ENVELHECIMENTO E A SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL: CAMINHOS PARA UMA SUSTENTABILIDADE VIÁVEL 30

Joana Silveira Campos
Débora Maria Ferreira da Silva

O IMPACTO DA DECISÃO DA ADI 2110 NA SUSTENTABILIDADE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL 44

Elizete Maria Bartah

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL DIANTE DO ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E DAS REFORMAS LEGISLATIVAS 57

Giovanna Creazzo de Aquino Lopes
Neile Batista de Mesquita

SUSTENTABILIDADE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL DO SÉCULO XXI 71

Franklin Arthur Martinz Filho
André Studart Leitão
Filipe Ticiano de Albuquerque Lobo

IMPACTOS DAS ADIS 2.110 E 2.111 NO SISTEMA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL: SUSTENTABILIDADE E DESAFIOS 88

Débora Maria Ferreira da Silva
Joana Silveira Campos

SUSTENTABILIDADE E JUSTIÇA SOCIAL: O CAMINHO DO BPC PELO FIO DE PETIT 99

Eduardo Rocha Dias
Kalyl Lamarck Silvério Pereira

GESTÃO NA SAÚDE PÚBLICA: UMA BREVE ANÁLISE SOBRE OS SEUS RESPECTIVOS DESAFIOS E SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO TERCEIRO SETOR, OSCIP'S E FUNDAÇÕES PÚBLICAS ..122

Carlos Eduardo Ferreira dos Santos
Laura Cristina Ferreira Cuvello
Marco Aurélio Paganella

ROL DA ANS: ENTRE A SUSTENTABILIDADE E O DIREITO À SAÚDE 145

Adson Romário Rodrigues Santos
André Studart Leitão

REFORMA TRIBUTÁRIA E A CRIAÇÃO DA CBS: IMPLICAÇÕES PARA A SUSTENTABILIDADE DA SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL.....167

Filipe Ticiano de Albuquerque Lobo
Franklin Arthur Martinz Filho

JUSTIÇA DO TRABALHO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E SUSTENTABILIDADE DA SEGURIDADE SOCIAL 176

Glauco Bresciani Silva

APRESENTAÇÃO

É com profundo senso de responsabilidade e compromisso com o futuro da seguridade social brasileira que apresentamos "Seguridade Sustentável: o Futuro das Políticas de Proteção Social". Vivemos tempos desafiadores, em que a expansão do gasto público, o envelhecimento da população, o avanço da informalidade e o desemprego tecnológico impõem reflexões complexas sobre a sustentabilidade de nosso sistema protetivo. Mais do que um direito fundamental, a seguridade social é uma conquista coletiva que demanda corresponsabilidade e gestão eficiente para garantir sua continuidade.

A concretização de direitos sociais envolve um custo que não pode ser ignorado. O dever de pagar tributos é um pilar essencial, mas, por si só, não é suficiente para sustentar um sistema que enfrenta um cenário de transformações demográficas e tecnológicas. O aumento da expectativa de vida é, sem dúvida, uma conquista civilizatória, que traz consigo um aumento expressivo do número de beneficiários que recebem prestações por períodos cada vez mais longos. Paralelamente, a queda na taxa de natalidade, o aumento da informalidade e a ampliação do desemprego tecnológico reduzem a base de contribuintes, fragilizando o modelo contributivo.

O avanço da automação e da inteligência artificial marca uma nova era com transformações profundas. Novos modelos de negócios substituem ocupações tradicionais, gerando um número significativo de trabalhadores que não conseguem se reinserir rapidamente no mercado formal. Nesse contexto, políticas públicas voltadas para a qualificação e requalificação profissional se tornam imprescindíveis para evitar que o progresso tecnológico se traduza em desigualdade social.

Não se pode desconsiderar o impacto da informalidade, que enfraquece o regime de previdência ao privá-lo de arrecadação regular. A relação entre trabalho formal e segurança previdenciária precisa ser fortalecida com estratégias que estimulem a formalização, sem impor encargos insustentáveis às empresas e aos trabalhadores. O desafio é gigantesco, e soluções simplistas não serão capazes de responder à complexidade desse problema.

Nesse cenário, a judicialização da seguridade social emerge como um tema central. O acesso ao Judiciário é um direito fundamental legítimo, mas sua banalização como forma de

obter benefícios que deveriam ser regulados pela via administrativa cria uma série de distorções. Um dos principais problemas é o uso desmedido do princípio da dignidade da pessoa humana como argumento universal. Esse princípio, embora seja um alicerce do nosso ordenamento jurídico, tem sido utilizado como uma espécie de "curinga" na arte de argumentar, servindo de fundamento para decisões que ignoram a lógica contributiva e comprometem a saúde financeira do sistema.

Um exemplo emblemático desse fenômeno foi a declaração de inconstitucionalidade do período de carência para a concessão do salário-maternidade aos segurados contribuintes individuais, facultativos e especiais. Ao eliminar a exigência de um número mínimo de contribuições, com base no argumento de que tal requisito violaria a dignidade da pessoa humana e o princípio da igualdade, o Judiciário desconsiderou que a previdência social é, essencialmente, um regime contributivo. Essa decisão abriu um perigoso precedente ao admitir a concessão de benefícios sem a respectiva contrapartida financeira, o que não apenas desvirtua o caráter protetivo do sistema, mas cria um efeito multiplicador de demandas semelhantes. O resultado é o aumento das pressões sobre um sistema já saturado, comprometendo sua capacidade de atender às necessidades das futuras gerações.

Não podemos ignorar que cada decisão que amplia direitos sem a devida previsão orçamentária afeta a sustentabilidade do sistema e a segurança jurídica das políticas públicas. Direitos sociais são fundamentais, mas só podem ser assegurados de forma perene quando há equilíbrio financeiro e responsabilidade fiscal. Não se trata de negar a proteção social, mas de estabelecer critérios claros e sustentáveis que preservem o sistema como um todo. Qualquer interpretação que privilegie excessivamente os direitos individuais em detrimento do interesse coletivo aproxima-se do cenário descrito por Garret Hardin na “tragédia dos comuns”.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Bolsa Família são exemplos de políticas indispensáveis para garantir uma rede mínima de proteção aos mais vulneráveis. No entanto, o crescimento exponencial desses programas nos convida a refletir sobre o seu papel: garantir amparo temporário ou fomentar a dependência estrutural? Programas que se tornam permanentes para grande parte de seus beneficiários acabam desestimulando a busca pela inserção no mercado de trabalho formal. Por isso, defendemos que qualquer política de proteção social precisa estar integrada a políticas de capacitação e incentivo à autonomia e à emancipação.

Outro desafio relevante é o aumento das fraudes contra a previdência, como a utilização indevida de benefícios e a "pejotização" disfarçada de vínculos empregatícios. Essa prática, em larga medida, decorre da elevadíssima carga tributária que incide sobre empresas e

empregados, comprimindo as margens de lucro de diversos negócios e, em muitos casos, inviabilizando sua sobrevivência. Frente a um cenário tributário tão oneroso, a pejotização surge, para muitos empreendedores, como uma estratégia de redução de custos.

No entanto, essa escolha traz consequências graves. Ao transformar empregados em prestadores de serviços autônomos, muitos trabalhadores são privados de direitos, como férias, 13º salário e proteção previdenciária plena. Além disso, a redução da arrecadação compromete a saúde financeira do sistema protetivo, enfraquecendo a base contributiva necessária para sustentar a concessão de benefícios.

Não podemos ignorar que, em alguns casos, os próprios trabalhadores também se beneficiam desse arranjo temporário, buscando o "melhor dos dois mundos". Durante o vínculo, aproveitam-se da redução de tributos, como imposto de renda e contribuições previdenciárias, pagando alíquotas menores como pessoa jurídica. Entretanto, após o término do vínculo, muitos ingressam com reclamações trabalhistas para obter direitos retroativos, caracterizando, assim, uma conduta de má-fé.

Essa dinâmica gera um duplo prejuízo: ao trabalhador, que durante o período do vínculo fica sem proteção integral, e ao fisco, que não consegue recuperar os créditos devidos. A prescrição tributária e os entraves operacionais na execução fiscal tornam praticamente inviável a recuperação de valores que deixaram de ser recolhidos, ampliando ainda mais o rombo nas contas públicas.

O combate a essas práticas é imprescindível não apenas para garantir justiça fiscal, mas também para proteger a integridade do sistema previdenciário e assegurar um regime sustentável, que possa continuar cumprindo sua função de amparo social às futuras gerações. Por isso, é necessário um equilíbrio: políticas que reduzam a carga tributária de forma responsável e mecanismos que desestimulem fraudes, fortalecendo tanto a base contributiva quanto a confiança dos trabalhadores e empreendedores no sistema.

É nesse contexto que o Grupo de Pesquisa/CNPq "O Sistema de Seguridade Social" se insere. Temos a honra de coordenar um espaço plural, no qual pesquisadores de diversas formações compartilham ideias, debatem questões complexas e propõem soluções inovadoras. A pluralidade de visões é um dos pilares do grupo, pois acreditamos que não há síntese sem antítese. O confronto respeitoso de ideias é um exercício essencial para a construção de soluções eficazes. Neste livro, fizemos questão de preservar a autenticidade dos textos dos autores, respeitando as divergências e valorizando os contrapontos, na certeza de que eles enriquecem o debate.

A obra é resultado das pesquisas desenvolvidas no âmbito do referido grupo de pesquisa, o qual envolve três Programas de Pós-Graduação em Direito: dois do Brasil, sendo uma instituição da região sudeste e outra da nordeste; e uma da Colômbia. Inclusive, é motivo de honra o prefácio da Professora Martha Elisa Monsalve Cuellar, uma referência internacional em seguridade social e um dos membros mais ilustres de nosso grupo de pesquisa. Além dos pesquisadores (professores e alunos) dos programas envolvidos no projeto, outros também contribuíram com suas pesquisas e apresentaram os resultados neste livro.

Assim, os trabalhos, ora publicados, com o apoio do Instituto Iberoamericano de Estudos Jurídicos – IBEROJUR, são frutos do intercâmbio de experiências e visões, e visam contribuir para um debate que leve à adoção de políticas públicas sustentáveis para, com isso, garantir a proteção social tanto às atuais como às futuras gerações.

Além do diagnóstico, buscamos apontar caminhos para fortalecer a seguridade social de forma justa e sustentável. A preservação do equilíbrio exige uma visão de longo prazo e um compromisso inabalável com a responsabilidade fiscal. Isso significa pensar políticas que alinhem a inclusão social à capacidade financeira do sistema, evitando rupturas que comprometam a confiança dos cidadãos.

A educação previdenciária e tributária, nesse sentido, é um instrumento poderoso. Muitos cidadãos desconhecem o funcionamento do sistema de seguridade social e o impacto de suas escolhas individuais na sustentabilidade coletiva. Um regime contributivo só funciona quando há engajamento e confiança. Quanto mais clara for a compreensão do cidadão sobre o seu papel no sistema, maior será a adesão à formalização do trabalho e ao cumprimento das obrigações fiscais.

Este livro não pretende apresentar respostas definitivas, mas fomentar um debate honesto e construtivo sobre os rumos da seguridade social. Sabemos que os desafios são múltiplos e complexos, mas acreditamos que, por meio do conhecimento, da pesquisa e do diálogo democrático, é possível transformar o cenário atual e construir um sistema de proteção social que atenda às necessidades de todos sem comprometer seu futuro.

Convidamos você, leitor, a percorrer conosco as reflexões e análises que compõem esta obra. Que cada página seja um convite ao pensamento crítico e à corresponsabilidade. Que desperte novas perguntas e inspire novas respostas. A construção de um sistema de seguridade social mais justo, eficiente e perene depende de um compromisso coletivo e constante.

Sejam bem-vindos a essa jornada de reflexão e engajamento. Que ela seja um passo importante na construção de um Brasil mais justo e solidário, no qual a dignidade humana seja respeitada, não como um argumento abstrato, mas como um princípio efetivo, sustentado por políticas públicas responsáveis e financeiramente viáveis.

São Paulo, 20 de janeiro de 2025.

Zélia Luíza Pierdoná **André Studart Leitão**

PREFÁCIO

Los sistemas de seguridad social son pilares fundamentales para garantizar la protección y el bienestar de las poblaciones en diferentes etapas de la vida. Desde la Revolución Industrial, estas estructuras han evolucionado para adaptarse a los cambios sociales, económicos y políticos, enfrentando desafíos contemporáneos como la globalización, el envejecimiento poblacional, las migraciones y las nuevas formas de trabajo. La pandemia de Covid-19 y las transformaciones en los mercados laborales han puesto de manifiesto aún más la necesidad de sistemas resilientes y universales, capaces de responder a las demandas de poblaciones diversas, en un contexto económico cada vez más dinámico.

Sin embargo, la base de financiamiento de estos sistemas, históricamente basada en contribuciones laborales y en la gestión estatal, enfrenta crecientes dificultades. Cambios en las relaciones laborales, cálculos actuariales inadecuados y el aumento de la longevidad representan retos significativos para la sostenibilidad de estos sistemas. El debate actual exige soluciones innovadoras que consideren tanto las limitaciones económicas de los Estados como las expectativas de justicia social de las poblaciones.

La seguridad social tiene una característica eminentemente contributiva, presente desde los tiempos de Bismarck, y que ha sido ampliamente adoptada por nuestros países. En particular debo referirme al mío, que conozco mejor, con las disculpas de las referencias a otros menos conocidos y en donde puedo caer en alguna imprecisión.

Además debemos aclarar que muchas de las afirmaciones que hacemos son producto de la propia visión y de lo que consideramos viable y sostenible. No una utopía.

Posiblemente dos siglos atrás, cuando la concepción de la generación de la protección laboral, basada en los elementos de una relación laboral estable que, con el paso de los años, daba la posibilidad de una pensión de jubilación, con el cumplimiento de edad y años de servicio, fuera la base para que la contribución para la seguridad social tuviera esa característica, de la contribución por parte de los vinculados laboralmente, siendo el tercer aportante, el Estado, para esa trilogía, en que se baso esa contribución.

Profundizando en el origen de la participación del Estado vemos claramente que el, de por si, no genera riqueza y que es solamente un administrador bueno o malo de la carga impositiva con la que contribuye.

En muchos casos, y lo digo por mi país, en cuanto al aporte para pensiones el Estado no aporto y empezó la crisis para el seguro social, que dio paso a la Ley 100 de 1993, que

estableció un sistema dual: el de prima media, con prestación definida de carácter publico; y, los fondos de capitalización sistema financiero de carácter particular.

Con estos dos sistemas, uno contributivo y otro de ahorro individual, se quiso financiar el sistema de pensiones en Colombia. En cuanto a la Salud, que debo indicar como un logro, tenemos cubrimiento del 99%, incluyendo el subsidiado para población vulnerable, que hacen del nuestro un sistema reconocido.

En cuanto a los Riesgos Laborales, muy bien financiado a cargo de los empleadores únicamente, clasificados por categorías de riesgos, ha funcionado bien.

Todos cuentan con Superintendencias de vigilancia, control y sanción que de ser mas efectivas seguramente funcionarían mucho mejor.

No obstante debo aclarar que existen sistemas independientes, como el de las Fuerzas Militares y de Policía, los Notarios, Magistrados, Parlamentarios y Profesores. Llegamos a tener 27 Fondos diferentes.

Los cambios en las relaciones laborales y los cálculos actuariales errados o inexistentes, en cierta medida, pueden ser considerados "la otra cara de la moneda", donde verdaderamente radica el problema de hoy que hace temer por la protección de las generaciones venideras. La necesidad de la flexibilidad laboral, clamada por los empleadores que, por razones económicas y de competencia desleal de los mercados, especialmente los orientales, no podían mantener trabajadores de carácter indefinido, sino por períodos estacionales, los llevó a solicitar contratos flexibles. Así mismo, las contribuciones a la seguridad social se vieron afectadas en los períodos de la no relación laboral.

La necesidad de la flexibilidad laboral, clamada por los empleadores que, por razones económicas y de competencia desleal de los mercados, especialmente los orientales, no podían mantener trabajadores de carácter indefinido, sino por periodos estacionales. Solicitaron contratos flexibles y así mismo las contribuciones a la seguridad social se afectaron en los periodos de la no relación laboral.

Los cambios en las formas de trabajo deslaboralizadas, dejaron a la cultura de la seguridad social no muy arraigada la conciencia de cotizar por su trabajo autónomo o independiente, otro factor de des financiación.

Otro factor y bien importante: fallaron los cálculos actuariales, ya que no tuvieron en cuenta para aumentar la edad de pensión y numero de cotizaciones. El aumento del calculo probable de vida, que gracias al sistema de salud y sus avances, en cuanto a la prevención de enfermedades y además los cuidados en el control de la salud, alimentación, ejercicio, esto repercutió, en que ahora vivimos mucho mas. Pero, los sistemas empezaron a pagar con unos

cálculos que no son los reales, cuando la gente vive pensionada por un largo tiempo, para el cual no cotizo.

No olvidemos igualmente que en el caso de los sobrevivientes, ellos también viven mas tiempo. El sistema cada día esta mas en crisis, ya que no se rehacen los cálculos actuariales, con estos factores nuevos demográficos, que no se pueden olvidar.

Cualquier sistema de donde se saca dinero, pero no ingresa en la misma proporción o superior, o no se guarda en portafolios de rendimiento financiero se agotan y esto, en nuestro sentir, es lo que esta sucediendo. Por ello, el clamor de reformas a los sistemas de seguridad social, en especial por parte de los gobiernos progresistas, como esta sucediendo en mi país.

Es preciso dar una ojeada a lo que sucede en el Sistema de Salud. Por las fluctuaciones del dólar y los costos de producción, los medicamentos se han encarecido enormemente, así como con los gastos de transporte por los precios de la gasolina

Los costos de la unidad por capacitación, en mi país, sigue siendo el mismo hace 10 años y encontraron en esta forma la de acabar con las EPS, una de las banderas reformistas de nuestro gobierno progresista de hoy.

Pero además, no giran oportunamente los dineros correspondientes de las IPS, que son las encargadas de prestar los servicios hospitalarios, laboratorios y medicamentos. La no reintegrar esos dineros, de manera oportuna, el Sistema de Salud en Colombia esta a punto de colapsar, pues quieren volver a la Asistencia Publica, que no dio resultados, porque el Estado no es buen administrador.

La situación actual es precisamente la disminución de las contribuciones al régimen de pensiones, por la disminución de los trabajadores dependientes, aportantes o los independientes obligados a cotizar, o que de manera voluntaria lo hagan.

Los pagos se mantienen y se alargan y se aumentan, por la llegada de nuevos pensionados y es obvio el desbalance, que no se previo por los cálculos actuariales y que pone en riesgo la posibilidad de pensión para las generaciones del futuro, lo que produce una gran desmotivación para los jóvenes, que ven lejana o sin posibilidad su acceso a la pensión.

Desde hace varios años y un gran autor e investigador, Carmelo Mesa Lago, inicio el llamado de atención, con sus cursos en el Centro de Formación de la OIT en Turín, sobre Financiación de la Seguridad Social en Pensiones y empezó a plantear los Pilares. En su reciente conclusión publicada, habla de cinco y mantiene el contributivo así como el mixto.

El tema es eminentemente político y económico. Los antecedentes que tenemos nos indican la poca probabilidad que existe de que en materia de costos en Seguridad Social, que sabemos son muy altos, los países no quieren asumirlos.

Recuerdo cuando participamos en la construcción de la Recomendación 202 de 2012, que trato de impulsar el Convenio 152 de 1952, de OIT, que en ese momento solo tenia 23 ratificaciones por los países miembros. Analizando las causas de la baja ratificación, encontramos el temor de asumir cargas financieras en cuanto a pisos mínimos de seguridad social. Hoy esa ratificación no ha variado mucho: solo 43 países, según el ultimo dato que examinamos. Por lo tanto, hoy la lista es enorme de los países que no han ratificado.

Esto indica el gran temor de los países de adquirir compromisos económicos, frente a los Convenios de OIT.

Es por ello que en uno de los documentos del centenario de 2019, el Informe sobre PROTECCIÓN SOCIAL UNIVERSAL, este parlamento universal insiste en el tema para obtener la justicia social y una paz duradera, como reza en sus pilares.

En la Recomendación 202 de 2012 se acude a la financiación, mediante la carga impositiva. Consideramos que esa lista esta agotada por la cantidad de tributos que a manera individual y por parte de las empresas deben asumir, desmotivando la inversión.

Frente a las nuevas formas de trabajo, de alta tecnología, debiera auscultarse la posibilidad de cobrar impuestos a esas grandes empresas y no pretender, y lo digo con todo respeto, de insistir en una relación laboral en un triangulo que pone en contacto una necesidad con una solución, a través de un elemento de gran tecnología.

Soy la primera en clamar la protección de un prestador de servicios, pero porque insistir que solo a través de una relación laboral, con unos elementos que ya no existen, mas se encuentre esa protección.

Fortalezcamos los sistemas de seguridad social que cumplan con las 9 ramas, desde la concepción hasta después de la muerte, y que verdaderamente rompan la inequidad y luchen contra la pobreza, que se acrecienta cuando no tiene la cobertura de la Seguridad Social.

Una financiación adecuada, justa equitativa y muy controlada, que vele por el adecuado manejo de los recursos, la hará sostenible y UNIVERSAL. Espero no parecer demasiado soñadora, pero hacia allá tenemos que trabajar.

La sostenibilidad de los sistemas de seguridad social enfrenta múltiples desafíos en un mundo en constante cambio. Las transformaciones laborales, el envejecimiento poblacional y los cálculos actuariales deficientes han generado desequilibrios financieros que ponen en riesgo las pensiones de las generaciones futuras.

Además, factores como el aumento de los costos en salud y la falta de actualización en las tasas de financiación agravan la situación. Es urgente fortalecer los sistemas de seguridad

social, mediante modelos de financiación equitativos y sostenibles, asegurando una supervisión eficiente y justa.

Asimismo, es crucial adaptar las políticas a las nuevas formas de trabajo, integrando tecnologías y promoviendo una mayor inversión en seguridad social universal. Lograr justicia social y equidad requiere un compromiso político y económico decidido, así como un enfoque integral para romper las barreras de la pobreza y garantizar la protección desde el nacimiento hasta después de la muerte. A pesar de las dificultades, el fortalecimiento de sistemas de seguridad social universales y sostenibles no solo es una necesidad, sino una meta alcanzable, a través de reformas estructurales y una gobernanza responsable.

Bogotá, 27 de enero de 2025.

Martha Elisa Monsalve Cuellar

Doctora en Derecho y Ciencias Políticas Universidad la Gran Colombia; Doctora Honoris Causa de la Universidad López Freyle Nicaragua; Experta en Derecho Laboral y Seguridad Social por CFOIT/Turin; Especialización en Derecho Laboral/Seguridad Social por las Universidades de Bolonia, de Castilla la Mancha y de Salamanca; Especialización en Normas Internacionales del Trabajo - OIT; Consejera Técnica del Sector Empleador ante la OIT, desde 1989; Docente Investigadora vinculada a la Universidad la Gran Colombia, hace 24 años; Coordinadora de Libros Colectivos sobre Derecho Laboral y de Seguridad Social; autora de innumerables artículos en libros y revistas; colaboradora extranjera en el grupo de investigación "El sistema de seguridad social", vinculado a la Universidade Presbiteriana Mackenzie.